

Apresentação

Alexsandro Santos¹

No segundo turno das eleições realizadas no Brasil em 2018, uma das narrativas que pretendeu organizar o debate público entre as duas candidaturas à presidência da república optou por organizar a diversidade de posicionamentos dos eleitores estabelecendo uma espécie de divisão entre aqueles que estavam em defesa da democracia e aqueles que estavam contrários a ela. Mesmo que tenham sido utilizadas outras narrativas e que as duas candidaturas tenham mobilizado de outras maneiras a conquista do voto popular, a noção de que uma candidatura representaria os cidadãos favoráveis à democracia e outra candidatura representaria os cidadãos descontentes, desiludidos ou contrários a ela foi muito presente.

Se, como narrativa de marketing eleitoral ou como discurso de organização de apoiadores deste ou daquele projeto político-eleitoral essa estratégia possa ter algum impacto, não é razoável tomá-la como expressão direta da realidade social e do comportamento do eleitor brasileiro. Oliveira (2017) nos lembra que mensurar a adesão à democracia é uma questão epistemológica complexa demais e que as metodologias mais frequentemente utilizadas pelos pesquisadores do campo nos asseveram para a multidimensionalidade desse comportamento e para a importância de uma leitura menos esquemática da questão. (BORBA, 2012, CASELECCHI & QUARESMA, 2013; FUKS, 2016; GIMENES, 2012, MOISÉS & CARNEIRO, 2008).

Tal complexidade epistemológica está, sem dúvida, ligada à própria flutuação das definições de ‘democracia’ que podem estar mais próxima de uma definição minimalista e procedimental ou, numa outra ponta, mais próxima a uma definição máxima de democracia que implica a distribuição de bens sociais tão amplos como o direito à renda mínima universal, à educação, à saúde, à cultura ou a participação direta em esferas governamentais de tomada de decisão. (MOORE, 1996; O’DONNELL, 1973, PRZEWORSKI, 1985, WOOD, 1996). Mas, além dessa camada de dificuldade, a complexidade epistemológica envolvida na mensuração ou definição do grau de aderência a valores democráticos nos permite problematizar outro aspecto tão relevante quanto este primeiro: quais

¹ Diretor-Presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

seriam os fatores que estão associados a construção de uma chave de valores democráticos por parte das pessoas? De que forma podemos assegurar que os cidadãos de uma dada comunidade ou sociedade se compreendam, se apropriem e defendam os valores democráticos?

Um dos elementos que a literatura sinaliza como parte do conjunto de fatores que parecem ter força explicativa para prever ou identificar o grau de aderência aos valores democráticos é a oferta consistente e significativa de educação política na infância, adolescência e/ou juventude. Esta oferta pode ou não estar vinculada aos currículos oficiais das escolas. Há experiências em que tal ação acontece de modo complementar ou suplementar, mobilizadas por outros agentes formativos, mesmo que ocorrendo dentro do espaço da escola.

Os artigos reunidos nesse número da revista *Parlamento e Sociedade* dialogam com essa questão colocando como eixo estruturante das reflexões as conexões entre educação política, engajamento cívico, adesão a valores democráticos e qualidade da democracia com olhar particular para o público juvenil.

O primeiro artigo, assinado por Alexsandro Santos, organiza uma reflexão em torno do lugar e da responsabilidade das escolas de educação básica no processo de educação política para a cidadania e para a aprendizagem de valores democráticos. Mobilizando um conjunto de referenciais analíticos, o autor argumenta em favor do reconhecimento da conexão entre a qualidade da democracia numa dada sociedade e o grau de letramento político e aderência a valores democráticos por parte dos seus cidadãos e sinaliza que as escolas de educação básica podem e devem cumprir um papel relevante na mobilização das aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais indispensáveis ao exercício pleno da cidadania em parâmetros democráticos.

O segundo artigo, assinado por Luiza Brunetti Silva Jardim, da *Colab*, mobiliza e discute as diferentes nomenclaturas mobilizadas para conceituar as ações direcionadas à educação política no Brasil, explorando suas diferenças e semelhanças e as consequências dessa pluralidade tanto para o campo da pesquisa quanto para o campo da intervenção. Especialmente, a autora traça paralelos entre os conceitos de letramento político, educação política, educação para a democracia e educação para a cidadania, concluindo que há mais convergência do que divergência entre eles.

O terceiro artigo, assinado por Myla Freire Machado Fernandes sintetiza esforços analíticos que vem sendo mobilizados em sua dissertação de mestrado (DCP-UFMG) e apresenta uma contribuição importante discutindo as abordagens possíveis da educação política, explora o que a literatura sinaliza a respeito das

estratégias de educação política e de seus efeitos, e formula uma hipótese em torno do efeito de compensação da educação política especialmente no que tange às desigualdades entre os sujeitos organizadas a partir das variáveis: (i) padrões de acesso à informação; (ii) frequências de participação em discussões políticas com pais, familiares ou pessoas de mesma idade; (iii) graus de escolaridade dos pais; ou, de forma mais ampla, (iv) níveis de status socioeconômicos aos quais o indivíduo está condicionado.

Os três artigos que completam este número foram produzidos a partir do tratamento e mobilização de uma base de dados organizada a partir de uma pesquisa liderada por Humberto Dantas junto à Escola do Parlamento no ano de 2018. A pesquisa que contou com a aplicação presencial de um questionário físico em sessão controlada pela equipe de pesquisadores, alcançou mais de 3.000 jovens, matriculados nas oito escolas públicas municipais que atendem o ensino médio na capital paulista, distribuídas em todas as regiões da cidade.

O artigo assinado por Camila C. de Alencar e Rafael Paraiso mobiliza uma breve revisão conceitual em torno da questão do engajamento cívico e da participação política, bem como das conexões entre essas duas categorias e os processos de educação política. Para além de processos transmissivos de educação política, os autores sinalizam a importância de experiências práticas de organização e participação em processos públicos de tomada de decisão como fundamentais para a construção do engajamento cívico e localizam nos grêmios escolares um campo potencial para este desenvolvimento. De modo a testar sua hipótese, os autores analisam o conjunto de dados coletados na pesquisa conduzida pela Escola do Parlamento buscando identificar se existem evidências que sustentem a conexão entre a presença de grêmios escolares e a participação dos estudantes em grêmios escolares com a ampliação de seu engajamento cívico e de sua participação política.

O artigo assinado por Humberto Dantas apresenta o cotejo dos dados coletados na pesquisa conduzida com os jovens matriculados nas escolas de ensino médio paulistanas com a série de dados consolidada a partir dos cursos de Iniciação Política desenvolvidos em escolas públicas estaduais localizadas na Grande São Paulo, buscando identificar semelhanças e diferenças entre os respondentes, sobretudo no que concerne às suas compreensões e representações sobre política e sobre o funcionamento das instituições da democracia. O autor concentrou sua análise comparativa no subconjunto dos jovens respondentes que, em 2018, estavam matriculados no terceiro ano do ensino médio e que, portanto, estavam concluindo a educação básica.

Por fim, o artigo assinado por Roberto Lamari e Fátima Thimóteo, também partindo da base de dados da pesquisa conduzida pela Escola do Parlamento em 2018, estabelece o cotejamento entre as respostas apresentadas pelos estudantes de ensino médio da rede pública municipal de São Paulo a respeito de suas representações e compreensões a respeito da participação política, das instituições da democracia e da sua adesão a valores democráticos com as respostas apresentadas pelo público de jovens atendidos nos cursos de Iniciação Política desenvolvidos junto à Escola do Parlamento Doutor Osmar de Souza, vinculada à Câmara Municipal de Itapevi, na Grande São Paulo.

...

Num tempo em que a democracia está sendo posta à prova e questionada em sua responsividade e em sua capacidade de organizar e mediar as demandas, conflitos e relações sociais, aumentar nossa densidade no debate público e na formulação de soluções no campo da educação política para a cidadania é uma tarefa incontornável e urgente. Este número da Revista Parlamento e Sociedade sinaliza um direcionamento estratégico importante convergente com essa aposta e demonstra a relevância de adensarmos estudos e pesquisas que subsidiem ações consistentes voltadas à aprendizagem de valores democráticos nas escolas de educação básica.

As evidências disponíveis nos indicam que tais ações devem ser mobilizadas em perspectiva sistêmica, considerando as traduções das diretrizes curriculares estabelecidas nos documentos oficiais em programas permanentes nas diferentes redes e sistemas de ensino, a produção e disseminação materiais didáticos e de orientação aos professores, a inclusão da temática na formação inicial dos professores, em cursos de licenciatura, a criação de programas de formação continuada sobre o tema e a construção de mecanismos e estratégias de avaliação de resultados neste campo, à semelhança de experiências internacionais já exitosas em diferentes países, inclusive na América Latina.

Referências Bibliográficas

- BORBA, J. Participação política: a centralidade dos repertórios. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-147, 2012
- CASALECCHI, G; DAVID, F; QUARESMA, G. **Quão democráticos são os democratas brasileiros?** Trabalho apresentado no 5. Congresso da Compolítica, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/>

GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opinio-publica-GabrielAvilaCasalecchi.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 199-219, jan. 2016.

GIMENES, E. Democratismo entre atores políticos não estatais: o caso dos dirigentes de entidades sociais do município de Maringá (PR). **Em Tese**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 39-56, 2012.

MOISÉS, J. A. & CARNEIRO, G. P. (2008). "Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil". **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42

OLIVEIRA, R. A. A era da democracia confusa: Análise das medidas de adesão à democracia nas pesquisas sobre comportamento político. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 8, n. 2, 2017, p. 4-24

Moore, B. **Social origins of dictatorship and democracy; lord and peasant in the making of the modern world**. Boston: Beacon Press, 1966.

O'Donnell, G. A. **Modernization and bureaucratic-authoritarianism; studies in South American politics**. Berkeley: Institute of International Studies University of California, 1973

PRZEWORSKI, A. **Capitalism and social democracy**. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 1985.

WOOD E. M. **Democracy Against Capitalism**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.